



**ESTADO DO CEARÁ**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

**RESOLUÇÃO Nº 813/2003**

**1ª CÂMARA DE JULGAMENTO**

**207ª SESSÃO DE: 06.11.2003**

**PROCESSO Nº 1/02229/98**

**AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1/9805371**

**RECORRENTES: ARROZEIRA MORADA NOVA E CEJUL DE 1ª INSTÂNCIA.**

**RECORRIDOS: AMBOS**

**CONSELHEIRO RELATOR: ALFREDO ROGÉRIO GOMES DE BRITO**

**EMENTA:** ICMS. Crédito Indevido. Constatação de registro de crédito de documento fiscal considerado inidôneo. Decisão: *Parcial-Procendente* sob a ótica de que tais documentos, emitidos pela CONAB, foram, em parte, apresentadas as primeiras vias, outras serviram (não foram considerados inidôneos) de base a levantamentos fiscais, referentes a entradas de mercadorias, em outros processos. Comprovação material da existência das operações. Aplicada a sanção contida no art. 878, VIII, "d" do Decreto nº 24.569/97. Recurso Voluntário conhecido e não provido. Votação unânime.

**RELATÓRIO**

Consiste o presente processo na constituição de crédito tributário decorrente de auto de infração lavrado sob o fito de que o contribuinte creditou-se indevidamente em face de ICMS destacado em fac-símile de notas fiscais.

Através de trabalhos periciais, parte das primeiras vias dentre os documentos fora acostada aos autos, resultando a consideração de não inidoneidade, conduzindo à parcial-procedência do feito.

No auto de infração, o autuante indicou os dispositivos infringidos assentes no Regulamento ICMS.

Dos autos constam termos necessários ao procedimento, em sua regularidade formal.

Tempestivamente, a atuada apresentou recurso contra o lançamento e a decisão da autoridade julgadora de 1ª instância, requerendo a improcedência da ação fiscal.

A *Consultoria Tributária*, em parecer, sugeriu a manutenção da decisão singular com aprova inicial do representante da douda *Procuradoria Geral do Estado*, que empós alterou, nos autos, seu Parecer, firmando o entendimento que a parcial-procedência decorra de outros fundamentos.

É o brevíssimo relatório.

## VOTO DO RELATOR

Os argumentos recursais levaram-nos à reflexão de que, efetivamente, o exame do presente processo deverá ocorrer sob o exame de outros mais, lavrados pela mesma ação fiscal.

Ocorre que, em outras autuações decorrentes da prefalada ação fiscal, os documentos que neste processo se infere como inidôneos, serviram de base a levantamentos para fim de estabelecer o cometimento de outras infrações, estando, por conseguinte, inscritos na Dívida Ativa.

Ora, se serviram, tais documentos, quando o agente do Fisco os examinou, para efetuar o levantamento fiscal de entradas e de saídas, querer agora que o credito dele decorrente seja ilegítimo, seria dar dois pesos e duas medidas: quais sejam – servem à quantificação das omissões de entradas e saídas. Mas são inidôneos quanto ao crédito neles destacados!

Vai-se a cata de tais documentos muito empós cinco anos da sua emissão, sendo o emitente não o recorrente e autuado, mas seu fornecedor, CONAB, empresa do Ministério da Agricultura, logo de âmbito federal.

A Consultoria Tributária, no exame da defesa do recorrente observou que:

*“O fato da empresa não ter aproveitado o crédito indevidamente lançado não descaracteriza a infração, apenas atenua a sanção a ser aplicada, conforme o disposto no artigo 878, § 5º do Decreto nº 24.569, de 1997.”*

Eis a razão pela qual se firmou o entendimento de parcial-procedente.

De todo o exame do processo, o Procurador do Estado, presente à Sessão de Julgamento, laborou no entendimento que se vê, ao verso das fls. 120, *verbis*:



*“Há de se converter a penalidade aplicada na inicial, para descumprimento de obrigação não prevista na legislação: ... , em razão de as notas fiscais terem sido consideradas pelo mesmo agente autuante, em outro lançamento e finalmente porque há no processo elementos suficientes que comprovam que as operações efetivamente se realizaram. Ratifico pois o entendimento manifestado anteriormente, para a infração acima aludida.” (MATTEUS VIANA NETO, Procurador do Estado).*

Para o deslinde da questão em foco, suficiente a aplicação do art. 878, VIII, “d”, *in verbis*, reproduzindo o texto literal da Lei nº 12.732, de 1997:

*“Art. 878 As infrações à legislação do ICMS sujeitam o infrator as seguintes penalidades, sem prejuízo do pagamento do imposto, quando for o caso:*

*VIII – outras faltas:*

*...*

*d) faltas decorrentes apenas do não cumprimento das exigências de formalidades previstas na legislação, para as quais não haja penalidades específicas: multa de 40 (quarenta) UFIRCES;”*

Por tais considerações fáticas e legais, voto no sentido de conhecer dos recursos (oficial e voluntário), negar-lhes provimento, para, sob fundamento diverso, confirmar a decisão exarada em 1ª instância, de parcial-procedência, na forma do *Parecer* modificado pelo representante da douta *Procuradoria Geral do Estado*.

*É o voto.*

#### COMPOSIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

MULTA.....40 UFIRCES

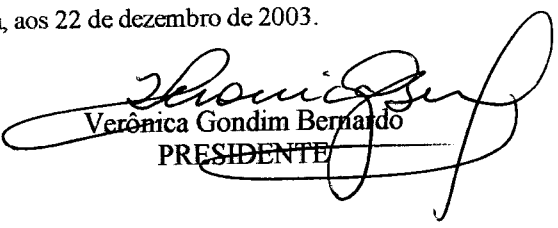


## DECISÃO

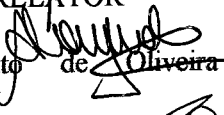
Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que são recorrentes e recorridos a **Célula de Julgamento de 1ª Instância e Arrazoeira Morada Nova Ltda**,

**RESOLVEM** os membros da 1ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer dos recursos oficial e voluntário, negar-lhes provimento, para confirmar a decisão de **parcial-procedência** exarada na instância singular, mas com fundamentos diversos, in casu, o art. 878, VIII, "d" do RICMS, o qual reproduz, na mesma literalidade, o disposto na Lei nº 12.670, de 1996, nos termos do *Parecer* alterado em sessão pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Consta dos autos, em sua constituição regular, a intimação do recorrente, por seu procurador, para a sustentação oral, em sessão, o que efetivamente não ocorreu, em virtude de sua ausência.

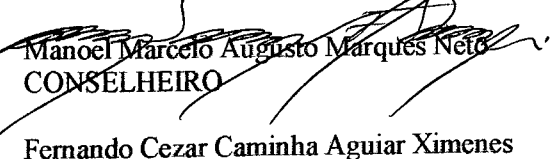
**SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**, em Fortaleza, aos 22 de dezembro de 2003.

  
Verônica Gondim Bernardo  
PRESIDENTE

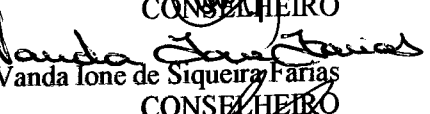
  
Alfredo Roberto Gomes de Brito  
CONSELHEIRO RELATOR

  
Antonia Torquato de Oliveira Mourão  
CONSELHEIRO

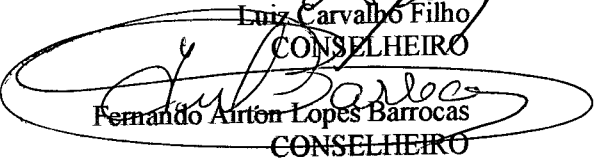
  
Manoel Marcelo Augusto Marques Neto  
CONSELHEIRO

  
Fernando Cezar Caminha Aguiar Ximenes  
CONSELHEIRO

  
Cristiano Marcelo Peres  
CONSELHEIRO

  
Vanda Ione de Siqueira Farias  
CONSELHEIRO

  
Luiz Carvalho Filho  
CONSELHEIRO

  
Fernando Ailton Lopes Barrocas  
CONSELHEIRO

PRESENTES:

Matheus Viana Neto  
PROCURADOR DO ESTADO

CONSULTOR TRIBUTÁRIO